

A VIOLÊNCIA DA CAVALARIA MEDIEVAL E O PROCESSO CIVILIZADOR DOS *ORADORES*

Ricardo da Costa

Professor Adjunto do Departamento de História da UFES

Os códigos cavaleirescos e romances de cavalaria — especialmente os do chamado *Ciclo Arturiano* ou *Ciclo do Graal*¹ — divulgaram para a posteridade uma imagem romântica e utópica da ordem dos cavaleiros. Estes homens, brutos e muitas vezes selvagens, teriam sido nobres defensores dos pobres e oprimidos, das viúvas e dos clérigos. Embora a cavalaria na Idade Média tenha sido depois da religião um dos valores mestres da cultura medieval², sua mais forte concepção de vida³, a relação desta ordem com os outros segmentos sociais na maior parte das vezes foi tensa e violenta. Na verdade, os cavaleiros medievais foram bem diferentes do tipo gentil e cortês idealizado descrito nos romances. Do contrário, Ramon Llull (1232-1316) não teria

1. Temas desenvolvidos por Chrétien de Troyes no século XII na obra *Perceval*, e se relacionam à crenças célticas (como o caldeirão da abundância, por exemplo). Pouco mais tarde, Robert de Boron compôs uma trilogia na qual o Graal se tornou a taça em que Cristo bebeu na última ceia e que mais tarde continha seu sangue recolhido por José de Arimatéia na crucificação. No século XIII foram desenvolvidas várias obras anônimas com base no manuscrito de Boron, as quais tratavam da busca espiritual do Graal pelos cavaleiros do rei Artur. O Graal seria o *objeto perfeito*, capaz de garantir a prosperidade ao reino de Camelot. Só o *cavaleiro perfeito*, isto é, puro e sem pecados (Galaaz), seria capaz de encontrar o Santo Vaso. Ver ADRIANA ZIERER, *O Modelo Arturiano em Portugal: a Imagem do rei-guerreiro na construção cronística de Sancho II e Afonso III*, Niterói, Universidade Federal Fluminense (UFF), dissertação de mestrado, 1999.

2. DUBY, G. As origens da cavalaria. In: *A sociedade cavaleiresca*, São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 23.

3. HUIZINGA, J. *O declínio da Idade Média*. Lousã: Editora Ulisseia, s/d, p. 58.

escrito seu *Livro da Ordem de Cavalaria*, já na segunda metade do século XIII, com o objetivo de moralizar e reformar a ordem e tornar o pretendente à cavalaria num cavaleiro de “bons costumes e bons ensinamentos”⁴.

O CAVALEIRO (*MILES*)

Miles era a palavra utilizada para definir o indivíduo pertencente à cavalaria. A origem destes *milites* é de difícil precisão e delimitação. Inicialmente, isto é, no final do século IX, após a dissolução do império carolíngio, os historiadores perceberam que este grupo social encontrava-se bastante próximo da aristocracia rural originária da nobreza carolíngia (os *nobiles* ou *nobiliores*). Trabalhavam a seu serviço — em determinadas regiões não existiam sequer *milites* livres⁵. Mas com o passar do tempo, este grupo nobilitou-se, ascendeu socialmente e passou a ser confundido com a própria nobreza.

Este processo de fusão foi brilhantemente analisado por Georges Duby: deixando de lado as obras literárias — neste caso mais propensas a distorções — e analisando uma documentação jurídica proveniente da Borgonha, dos cartulários da abadia de Cluny — um tipo de material muito mais afeito à identificação dos estatutos sociais dos envolvidos em discussões de bens e negociatas — Duby reconstituiu a evolução do sentido da palavra *miles*, desde o seu surgimento, em 971, até o século XIII.

Segundo Duby, inicialmente *miles* designava apenas a superioridade social do vassalo. Mas de 1032 até 1100, o vocábulo substituiu gradativamente as outras formas que exprimiam a distinção social, passando a designar toda a aristocracia laica⁶. Este processo, precoce na Borgonha, difundiu-se para as outras regiões da Europa, de modo que, já no século XIII, a cavalaria estava estreitamente associada à nobreza hereditária detentora de terras.

4. LLULL, R. *O Livro da Ordem de Cavalaria* (apres., tradução e notas de Ricardo da Costa). São Paulo: Editora Giordano/Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000, VI, 1, p. 89.

5. PACAUT, M. A Europa românica ou o tempo das primeiras sementeiras (Meados do século X a meados do século XII), In: GEORGES LIVET E ROLAND MOUSNIER (dir.), *História Geral da Europa I*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d, p. 374.

6. DUBY, G. *As origens da cavalaria*. op. cit., p. 24-26.

No entanto, é preciso advertir que esta assimilação nunca foi completa e, em alguns lugares, como no Sacro Império, a cavalaria manteve-se sempre como um estrato social dependente e distinto da nobreza⁷. Outro exemplo dessa diversidade medieval é o reino de Portugal: até meados do século XIII, seus cavaleiros (*militēs nobiles*) constituíam a camada mais baixa da nobreza, utilizando este termo apenas para diferenciá-los dos camponeses e cavaleiros-vilãos (homens livres, não-nobres e grandes proprietários)⁸.

A CERIMÔNIA DE INICIAÇÃO DO CAVALEIRO (*ADOUBEMENT*)

Assim, pelo menos na França, por volta do ano mil, a cavalaria passou a existir como uma instituição social, exclusiva da nobreza. Mas para o processo se tornar completo era necessário estabelecer com precisão as regras que determinariam o ingresso do pretendente. Embora ainda profana e doméstica, a cerimônia de iniciação (*adoubement*) já estava solidificada neste mesmo período. Ela acontecia entre os 18 e 20 anos: ser cavaleiro distingüia o adolescente do adulto. O rapaz era introduzido no grupo de cavaleiros do senhor da fortificação, do castelo ou da torre, o castelão (*castellanus*, ou, em língua vulgar, *sire*) — o detentor do poder público, aquele que tinha o poder de *ban* (um poder militar, judicial e econômico)⁹. O castelão recebia dos camponeses as exações (*exactio* ou *consueudo*), o fornecimento de víveres¹⁰. Em troca disso, ironicamente, tinha a responsabilidade de conservar a paz¹¹.

7. PACAUT, M. A Europa românica ou o tempo das primeiras sementeiras. *op. cit.*, p. 375.

8. MATTOSO, J (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, volume I, s/d, p. 548; DA COSTA, R. *A Guerra na Idade Média. Um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, p. 104-108.

9. LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I., p. 127.

10. DUBY, G. *A Idade Média na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 78.

11. DUBY, G. Los feudales. In: *Obras selectas de Georges Duby* (presentación y compilación de Beatriz Rojas). México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 115.

Convidado a mostrar suas capacidades viris num simulacro de combate, o pretendente, se vitorioso, recebia um golpe curto e seco na nuca ou no rosto (a *colée* ou *paumée*), sinal de aceitação por parte do grupo e de que foi marcado com o caráter cavaleiresco¹². Esta bofetada era um dos sinais comemorativos da época: o contato entre a mão do investidor e o corpo do investido servia como uma espécie de *transmissão da energia exclusiva do novo estatuto*, exatamente como o tapa que o bispo dava no clérigo que era ordenado padre¹³.

Então o castelão presenteava o jovem cavaleiro com suas armas, um casaco de couro, a cota de malha (*haubert*), o elmo, a espada. Elas eram consideradas mágicas, especialmente a espada, pois tornavam-se parte do cavaleiro e de seu modo de vida — mais tarde, Ramon Llull dedicou boa parte de seu *Livro da Ordem de Cavalaria* à simbologia das armas do cavaleiro¹⁴.

A investidura muitas vezes terminava com a *quintana*: o novo cavaleiro, montado em seu cavalo, atravessava um escudo com um golpe de sua lança, gesto simbólico que indicava a mudança de categoria. A partir daí, até que se casasse e se tornasse chefe de uma linhagem, o jovem seria um *sergent*, o servidor armado do castelão, e ficaria agregado à manada (*maishie*), o séquito de guerreiros solteiros que o castelão tinha o dever de alimentar e levar sempre consigo nas *cavalgadas*, essas aventuras violentas que aconteciam sempre a cada primavera¹⁵.

Entre seus membros havia diferenças notáveis de fortuna. Os historiadores precisaram basicamente duas categorias de cavaleiros. Acima, uns poucos, os que possuíam um castelo. Formavam parte de uma elite, pois tinham o poder de *ban*.

Abaixo, a grande maioria dos cavaleiros, os que pertencia à categoria de *milites gregarii*, pois viviam à sombra de um senhor¹⁶. Levando uma vida

12. BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 330.

13. BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. op. cit., p. 327.

14. Já analisei em outro artigo a simbologia das armas lulianas: RICARDO DA COSTA. “Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o *Libro del Orden de Caballería*”, In: *Mediævalia, Textos e Estudos, 11-12 (1997)*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, p. 231-252. Publicado também na INTERNET: www.ricardocosta.com

15. DUBY, G. *Los feudales*. op. cit., p. 119-120.

16. DUBY, G. *A Idade Média na França*. op. cit., p. 75.

relativamente pobre, muitos destes *militēs gregarii* tinham uma existência semi-camponesa, pois dirigiam sozinhos o cultivo de suas pequenas propriedades¹⁷. Existiam mesmo aqueles que, para não descer ao nível dos camponeses, optavam em sair pelo mundo em busca de aventura. Muitos destes eram secundogênitos.

A CAVALARIA, TERROR DA ÉPOCA: AS GUERRAS PRIVADAS (FEHDE)

Este grupo social representava a violência, o espírito de agressão e pilhagem da época, pois qualquer pretexto era motivo para esses homens turbulentos lançarem-se uns contra os outros. Estavam, assim, sempre matando em movimento: nas batalhas, caçando javali, organizando torneios.

Mas o maior sofrimento que infligiam às populações — especialmente aos camponeses — eram as guerras particulares, as vinganças, chamadas de *faídas* (*fehde*), isto é, o direito da vítima de um prejuízo causar ao seu autor prejuízo igual. Nestas *faídas*, a principal estratégia cavaleiresca era arruinar o inimigo matando e aleijando o maior número possível de camponeses, além de destruir suas plantações e celeiros. O objetivo era reduzir as fontes de renda do inimigo. Por exemplo, Thomas de Marle, *sire* de Coucy a partir de 1116, um “lobo raivoso ajudado pelo Demônio”, nas palavras do abade Suger, além de tomar terras de conventos — provavelmente um dos motivos da censura eclesiástica —, em suas guerras privadas cortava pessoalmente a garganta dos que considerava rebeldes e torturava os prisioneiros pendurando-os pelos testículos até o peso do corpo arrancá-los¹⁸.

Essas violências aconteciam porque as práticas judiciárias eram lentas e imperfeitas: não existiam tribunais regulares que recebessem a queixa e agissem contra o agressor. Assim, o cavaleiro que sofria um dano por parte de um de seus pares devia fazer justiça com suas próprias mãos. Toda discórdia entre cavaleiros resultava em conflito armado. O caráter do processo estimulava as

17. PERROY, É. *A Idade Média. O período da Europa Feudal, do Islã turco e da Ásia mongólica (séculos XI-XIII)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, volume VII, p. 22.

18. TUCHMAN, B. W. *Um espelho distante. O terrível século XIV*. Rio de Janeiro: 1990, p. 10.

agressões: os juízes eram apenas conciliadores, não impunham a sentença. Isso encorajava o recurso à violência, e os maiores prejudicados eram os camponeses¹⁹.

Além disso, essa violência era institucionalizada: a cavalaria estava integrada ao sistema feudo-vassálico. Para o vassalo, o senhor era como seu pai, pois deveria protegê-lo, aconselhá-lo e alimentá-lo. Mais do que isso: desde o ano 1000 difundiu-se por todos os lados a idéia que o senhor de uma *manada* tinha o dever de, além de dar cavalos, armas e outros tantos adornos militares, conceder uma terra, uma tenência (*tenure*), um *benefício* que durasse o tempo do devotamento do cavaleiro e que simbolizasse os laços de dependência de homem para homem.

O senhor deveria mostrar-se generoso com seus homens. Até que quebrassem a palavra empenhada, estes vassalos deveriam receber um espaço físico, uma igreja, um dízimo, um campo arrendado a camponeses, enfim, uma renda regular que o sustentasse: era o feudo. Esse gesto de largueza por parte do senhor se tornou tão comum que, pouco a pouco, entre 1030 e 1075, o sentido do ato se inverteu: o feudo passou então a determinar a fidelidade e os serviços do vassalo, e se tornou hereditário. A partir de então, o senhor teve a seu dispor cada vez mais vassalos que desconhecia, e o sistema passou a oferecer cada vez mais fissuras, brechas para a quebra dos votos de fidelidade²⁰.

A CRISTIANIZAÇÃO DA CAVALARIA DE SATÃ: A PAZ DE DEUS

Desta forma, o tempo da cavalaria foi também, por excelência, o tempo do feudalismo. Nos reinos nascidos da partilha do império carolíngio (França, Alemanha, Borgonha-Provença e Itália), do século X ao XIII, as duas instituições se desenvolveram e se mesclaram num imbrincado sistema de relações pessoais. O serviço militar dos cavaleiros (*servitium*) era, para o senhor, o principal motivo do contrato vassálico. Com o armamento completo ou apenas uma parte dele, o cavaleiro deveria tomar parte da cavalgada, integrar

19. PERROY, É. *A Idade Média. O período da Europa Feudal, do Islã turco e da Ásia mongólica (séculos XI-XIII)*. op. cit., p. 29-30.

20. DUBY, G. *Los feudales*. op. cit., p. 125.

um simples serviço de escolta ou mesmo servir de guarda num dos castelos do senhor (o chamado *stagium*)²¹.

A paz que o castelão tinha o dever de manter era como um frágil fio ao sabor do vento. Pois o tempo dos feudais foi sobretudo o tempo dos saques, dos ódios atrozes entre as linhagens, violências que as crônicas fartamente ilustram. É por esse motivo que, por volta de 1130, São Bernardo, ao enaltecer as *virtudes* da nova cavalaria dos templários, não se cansa de criticar a *militia saeculari*, que ele chama de malícia (*malitia*), num jogo de palavras (milícia/malícia) que mostra a plena compreensão dos clérigos a respeito da origem social desse tenso estado de coisas:

“Vós, milicianos, como haveis se equivocado tão estupendamente? Que fúria os tem arrebatado para verem a necessidade de combaterem até se esgotarem com tanto dispêndio sem outro salário que a morte ou o crime? Cubristes vossos cavalos com sedas, pendurastes telas belíssimas em vossas couraças; pintastes as lanças, os escudos e as selas; recarregastes os arreios e esporas de ouro, prata e pedras preciosas. E com toda essa pompa se lançastes à morte com um furor cego e nécia insensatez. O que são essas coisas, arreios militares ou vanidades de mulher? Ou credes que pelo ouro a espada inimiga se amedronte para respeitar a formosura das pedras e não transpasse seus tecidos de seda?”

“Por experiência, vós sabeis muito bem que são três as coisas de que mais necessita o soldado em combate: agilidade com reflexos e precaução para defender-se; total liberdade de movimentos em seu corpo para poder movimentar-se continuamente, e decisão para atacar. Mas vós afagastes a cabeça como as damas, deixastes crescer o cabelo até cair sobre os olhos; vestistes vossos próprios pés com amplas e largas camisas; sepultastes vossas covardes e afeminadas mãos dentro de luvas que as cobrem por completo. E, o que todavia é mais grave — pois isso os leva ao combate com grandes ansiedades de consciência —, é que guerras tão mortíferas se justificam com razões tão enganosas e pouco sérias. Pois, o que é ordinário, o que só induz à guerra até provocar o combate — a não ser em vosso caso — são sempre paixões de iras incontrolláveis, o afã de vanglória ou a ambição de conquistar territórios alheios. E estes motivos não são suficientes para poder matar ou expor-se à morte com uma consciência tranqüila.”²²

21. Existia ainda uma série de pequenos serviços obrigatórios para o vassalo, como, por exemplo, segurar a cabeça do rei quando este, no decurso de uma travessia, aliviava o estômago vomitando. Para todas essas questões, ver o sempre clássico F. L. GANSHOF, *Que é o Feudalismo?* Lisboa, Publicações Europa-América, s/d, p. 122-140.

22. DE CLARAVAL, B. Las glorias de la nueva milícia. In: *Obras Completas de San Bernardo I*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1983, II, p. 501-503.

Através dos olhos de quem podemos observar esse mundo, os clérigos, a cavalaria era de Satã, não de Deus. Era necessário civilizá-la, ou, em outras palavras, cristianizá-la. Com o binômio cavalaria/feudalismo, a cristianização da cavalaria veio acompanhada da campanha da *Paz de Deus*. O objetivo desta campanha era pôr fim às violências exercidas pelos homens da guerra e proteger todo o restante da sociedade não-beligerante (camponeses, mercadores e religiosos não armados — sim, pois muitos clérigos participavam de batalhas e campanhas militares).

Várias assembléias foram reunidas com esse objetivo: Charroux, no Poitou (989), Le Puy (990), Limoges e Anse, no Mâconnais (994)²³. A melhor descrição dessas grandes assembléias foi feita pelo monge e cronista Raoul Glaber (†1044), considerado a melhor testemunha da primeira metade do século XI²⁴:

“Foi então [no milésimo ano da Paixão do Senhor], primeiro nas regiões da Aquitânia, que os abades e os outros homens dedicados à santa religião começaram a reunir todo o povo em assembléias, para as quais se trouxe numerosos corpos de santos e inumeráveis relicários cheios de santas relíquias. A partir daí irradiaram, pela província de Arles, depois pela de Lyon; e assim, por toda a Borgonha e até nas regiões mais recuadas da França, foi anunciado em todas as dioceses que em determinados lugares, *os prelados e os grandes de todo o país iam reunir assembléias para o restabelecimento da paz e para a instituição da santa fé*. Quando a notícia destas assembléias foi conhecida de toda a população, os grandes, os médios e os pequenos para elas se dirigiram, cheios de alegria, unanimemente dispostos a executar tudo o que fosse prescrito pelos pastores da Igreja: uma voz vinda do Céu e falando aos homens sobre a terra não teria feito melhor. Porque todos estavam sob o efeito do terror das calamidades da época precedente, e atazanados pelo receio de se verem retirar no futuro as doçuras da abundância. “

“Um documento dividido em capítulos, continha ao mesmo tempo o que era proibido fazer e os compromissos sagrados que se tinha decidido tomar para com o Deus todo poderoso. A mais importante destas promessas era a de observar uma paz inviolável; os homens de todas as condições, qualquer que fosse a má

23. BONNASSIE, P. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985, p. 163.

24. “Raul não tem boa reputação. Dizem-no linguareiro, crédulo, inapto e acham o seu latim difuso. Convém não julgar a sua obra em função dos nossos hábitos mentais e da nossa própria lógica. Desde que se queira mergulhar no itinerário do seu espírito, ele aparece de imediato e a longa distância como a melhor testemunha do seu tempo.” (o grifo é meu) — DUBY, G. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 23.

ação de que fossem culpados, deviam a partir daí poder andar sem receio e sem armas. O ladrão ou aquele que tinha invadido o domínio de outrem estava submetido ao rigor de uma pena corporal. Aos lugares sagrados de todas as igrejas devia caber tanta honra e reverência que, se um homem, punível por qualquer falta, aí se refugiasse, não sofreria nenhum dano, salvo se tivesse violado o dito pacto de paz; então era agarrado, retirado do altar e devia sofrer a pena prescrita. Quanto aos clérigos, aos monges e às monjas, aquele que atravessasse uma região na sua companhia não devia sofrer nenhuma violência de ninguém (os grifos são meus).²⁵

O movimento, popular e com o firme apoio dos *oratores*, se espalhou até o norte da França. Era uma exclusividade francesa, o resultado da impotência do rei francês, pois no Sacro Império o soberano ainda era capaz de manter a ordem e a justiça. A violência dos cavaleiros na França era tanta que à *Paz de Deus* juntou-se, a partir dos anos 1020-1040, outro movimento: a *Trégua de Deus*, uma imposição de armistício semanal, inicialmente de dois dias, mas que chegou a quatro (da noite de quarta-feira até a manhã de segunda). Era um remédio, uma tentativa dos clérigos de pôr ordem no caos face à debilidade da autoridade régia. Os poderes eclesiásticos assumiram a tarefa, utilizando a principal arma de seu ofício: a excomunhão.

O PROCESSO CIVILIZADOR DA IGREJA: O JURAMENTO DO CAVALEIRO

Esta tentativa de conter a pulsão agressiva dos cavaleiros era sacramentada por meio de um juramento, quando o guerreiro colocava suas mãos sobre relíquias sagradas, mágicas, e fazia uma série de promessas de paz. Lendo *inversamente* uma dessas promessas, registrada pelo bispo Guérin de Beauvais por volta dos anos 1023-1025, pode-se imaginar o insustentável e sombrio cotidiano das populações que viviam junto aos senhores da guerra e o temor que deveria passar pela cabeça de um camponês ou clérigo ao avistar um enxame daqueles *milites gregarii*:

25. DUBY, G. *O ano mil*. op. cit., p. 164-165.

“Não invadirei de forma alguma uma igreja. Em razão da sua salvaguarda também não invadirei as adegas que estão nos termos de uma igreja, salvo no caso de um malfeitor ter infringido esta paz, ou em virtude de um homicídio, ou da captura de um homem ou de um cavalo. Mas se por estes motivos eu invado as ditas adegas, não trarei nada a não ser o malfeitor ou o seu equipamento, com perfeito conhecimento. “

“Não atacarei o clérigo ou o monge se não trazem as armas do mundo, nem aquele que caminha com eles sem lança nem escudo; não tomarei o seu cavalo, salvo em caso de flagrante delito que me autorize a fazê-lo, ou a não ser que tenham recusado reparar a sua falta num prazo de quinze dias depois do meu aviso. “

“Não tomarei o boi, a vaca, o porco, o carneiro, o cordeiro, a cabra, o burro, o feixe que traga, a égua e o seu potro não adestrado. Não agarrarei o camponês nem a camponesa, os sargentos ou mercadores, não ficarei com os seus dinheiros; não os arruinarei tomando-lhes os seus haveres sob o pretexto da guerra do seu senhor, e não os chicotearéi para lhes retirar a sua substância. “

“O macho ou a mula, o cavalo ou a égua e o potro que estão na pastagem, não despojarei ninguém deles, desde as calendas de Março até o Dia de Todos os Santos, salvo se os encontro a causarem-me danos. “

“Não incendiarei nem destruirei as casas, a não ser que aí encontre um cavaleiro inimigo ou um ladrão; a menos também que estejam adjuntas a um castelo que seja mesmo um castelo. “

“Não cortarei, arrancarei ou vindimarei as vinhas de outrem, sob o pretexto da guerra, a não ser que estejam sobre terra que é e deve ser minha. Não destruirei os moinhos e não roubarei o trigo que aí se encontre, salvo quando estiver em cavalgada ou em expedição militar pública, e se for sobre a minha própria terra. “

“Com perfeito conhecimento meu não concederei nem apoio nem proteção ao ladrão público e provado, nem a ele nem a seu empreendimento de banditismo. Quanto ao homem que conscientemente infringir esta paz, deixarei de protegê-lo, desde que o saiba; e se agiu inconscientemente e que venha a recorrer à minha proteção ou bem farei uma reparação por ele, ou bem obrigarei a fazê-la no prazo de quinze dias, depois do que estarei autorizado a pedir-lhes contas ou retirar-lhe-ei a minha proteção. “

“Não atacarei e nem despojarei o mercador ou o peregrino, salvo se cometerem uma má ação. Não matarei o gado dos camponeses, a não ser para a minha alimentação e da minha escolta. “

“Não capturarei o camponês e não lhe retirarei a sua subsistência por instigação perversa do seu senhor. “

“Não atacarei as mulheres nobres, nem os que circularão com elas, na ausência do seu marido, a não ser que os encontre cometendo alguma má ação contra mim com o seu movimento; observarei a mesma atitude para com as viúvas e as monjas.”

“Também não despojarei aqueles que transportam o vinho em carroças, e não ficarei com os seus bois. Não prenderei os caçadores, os seus cavalos e cães, exceto no caso de serem nocivos a mim ou a todos aqueles que tomaram o mesmo compromisso e o observam para comigo (...)“

“Desde o começo da Quaresma até a Páscoa não atacarei o cavaleiro que não use as armas do mundo e não lhe retirarei a subsistência que tiver consigo. Se um camponês fizer mal a um outro camponês ou a um cavaleiro, esperarei quinze dias; depois do que, se não fizer reparação desprender-me-ei dele, mas só tomarei de seus haveres o que está legalmente fixado.”²⁶

Todas essas promessas mostram a virulência cavaleiresca contra a sociedade feudal do século XI. A *Paz de Deus*, a *Trégua de Deus* e os juramentos dos cavaleiros sobre as relíquias frearam um pouco as pulsões, os ímpetos agressivos dos guerreiros. Mas ainda faltava cristianizar os rituais cavaleirescos para tornar completo esse processo civilizatório.

Para a consecução deste processo, a partir do século XI elaborou-se o *ideal cavaleiresco*, sempre baseado nas prescrições da *Paz* e na *Trégua de Deus*. Os *oratores* perceberam que não bastava evitar a brutalidade dos cavaleiros contra os fracos: passaram então a exigir do cavaleiro que *protegesse* a sociedade não-beligerante com suas armas²⁷.

A sacralização dos gestos pelos quais as armas eram entregues ao cavaleiro recém ingresso na ordem tinha como objetivo estender o reino de Cristo ao mundo dos homens através da espada em forma de cruz²⁸ — em seu afã reformador, Ramon Llull não se esqueceu dessa imagem cristológica da espada:

Ao cavaleiro é dada a espada, que é feita à semelhança da cruz, para significar que assim como nosso Senhor Jesus Cristo venceu a morte na cruz na qual tínhamos caído pelo pecado de nosso pai Adão, assim o cavaleiro deve vencer e destruir os inimigos da cruz com a espada. E porque a espada é cortante em cada parte, e cavalaria existe para manter a justiça, e justiça é dar a cada um o seu direito, por isso a espada do cavaleiro significa que o cavaleiro mantém a cavalaria e a justiça com a espada²⁹.

A sacralização do ritual de *adoubement* pode também ser percebida pela mudança do vocabulário: “...não se arma apenas um cavaleiro. Procede-se à sua ordenação.”³⁰

26. DUBY, G. *O ano mil*. op. cit., p. 166-167.

27. PACAUT, M. A Europa românica ou o tempo das primeiras sementeiras. op. cit., p. 377.

28. DUBY, G. *A Idade Média na França*. op. cit., p. 98.

29. LLULL, R. *O Livro da Ordem de Cavalaria*. op. cit., V, 2, p. 77.

30. BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. op. cit., p. 329.

Os clérigos procuraram, assim, transformar a entrega das armas num *sacramento* — então entendido como um ato de consagração.

Em resumidas contas, era este o estado de coisas até meados do século XIII, quando Ramon Llull escreveu o *Livro da Ordem de Cavalaria*. Em outras palavras, a não ser num curto espaço de tempo e em circunstâncias muito especiais — como a cruzada, por exemplo (tema que, por sua extensão, propositalmente não tratei aqui) — a ética cavaleiresca forjada pelos religiosos para esse grupo social não vigorou. Talvez o *Livro da Ordem de Cavalaria* seja, além de uma proposta de entrelaçar a filosofia da Igreja com a prática guerreira das ordens de cavalaria, o registro escrito póstumo de um ideal já há muito abandonado, ou poucas vezes seguido na prática.

• • •

BIBLIOGRAFIA

FONTES

BERNARDO DE CLARAVAL, “Las glorias de la nueva milicia”, In: *Obras Completas de San Bernardo I*. Madrid Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1983, II, p. 494-543.

RAMON LLULL. *O Livro da Ordem de Cavalaria* (apresentação, tradução e notas de Ricardo da Costa). São Paulo: Editora Giordano/Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2000.

OBRAS CITADAS

BLOCH. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BONNASSIE, P. *Dicionário de História Medieval*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

COSTA, R. da. “Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o *Libro del Orden de Caballería*”. In: *Mediaevalia, Textos e Estudos*, 11-12

(1997). Porto: Universidade Católica Portuguesa, p. 231-252 (www.ricardocosta.com).

COSTA, R. da. *A Guerra na Idade Média. Um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

DUBY, G. *O ano mil*. Lisboa: Edições 70, 1986.

DUBY, G. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, G. *A Idade Média na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

DUBY, G. “Los feudales”, In: *Obras selectas de Georges Duby* (presentación y compilación de Beatriz Rojas). México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
GANSHOF, F. G. *Que é o Feudalismo?* Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

HUIZINGA, J. *O declínio da Idade Média*. Lousã: Editora Ulisseia, s/d.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I.

MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal — Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, volume I, s/d.

PACAUT, M. A Europa românica ou o tempo das primeiras sementeiras (Meados do século X a meados do século XII). In: LIVET, G. & MOUSNIER, R. (dir.). *História Geral da Europa I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

PERROY, É. *A Idade Média. O período da Europa Feudal, do Islã turco e da Ásia mongólica (séculos XI-XIII)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, volume VII.

TUCHMAN, B. W. *Um espelho distante. O terrível século XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

ZIERER, A. *O Modelo Arturiano em Portugal: a Imagem do rei-guerreiro na construção cronística de Sancho II e Afonso III*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), dissertação de mestrado, 1999.